

Candido Portinari, *Homem com chapéu de palha*, 1939



Severina Garcia de Araújo*

Universo canavieiro e reprodução das desigualdades sociais

Resumo: O artigo apresenta um estudo no âmbito da nova expansão da agro-indústria canavieira ante a política oficial de incentivo à matriz energética renovável, no contexto da mundialização do capital, sob direção do capital financeiro, que participa do capital produtivo e, juntos, avançam nos negócios da agricultura e no mercado de terras, agravando o processo de exploração/expropriação da força de trabalho e as desigualdades. O estudo expõe a crescente presença de grupos internacionais que, face ao grande número de trabalhadores desempregados, recorrem à superexploração de sua força de trabalho, tida como escravidão moderna em termos jurídicos. Por meio do estudo, foi possível concluir que se trata de um dos mecanismos de acumulação por espoliação, próprio da dinâmica capitalista, de modo que o novo cenário revela o paradoxo entre expansão e lucratividade de um lado, pobreza e desigualdades do outro.

Palavras-chave: agroindústria canavieira; superexploração; desigualdades sociais; espoliação.

Abstract: This paper presents a study of the expansion of the sugarcane industry and politics related to renewable energy matrix. All of which is done regarding the concept of global economic and financial resources. These resources relate to productive capital that reaches agriculture and land market causing aggravation in the process of exploitation/expropriation of work force thus generating inequality. The research also deals with the growing presence of international groups that take advantage of a great majority of unemployed workers and practice overexploitation of their workforce. This practice is perceived and modern slavery in juridical terms. Thus, it was possible to conclude that there is dispossession accumulation present in this capitalist dynamics. The new scenario reveals a paradox between expansion and profit, poverty and social inequality.

Keywords: sugarcane agroindustry; overexploitation; social inequality; spoliation

.....
*Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Pós-Doutora pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora do Departamento de Serviço Social e membro do Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Endereço postal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Campus Universitário, Rua Salgado Filho, S/N, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP: 59072-910. E-mail: severinagarcia@uol.com.br

O texto analisa a inserção da multinacional francesa Louis Dreyfus Commodity (LDC Bioenergia) no Rio Grande do Norte (RN) no contexto da nova expansão da agroindústria canavieira, propiciada pela política oficial de incentivo à produção de etanol no país, a partir de 2002/2003. Analisa as implicações que uma inserção direta do capital transnacional em âmbito local pode ter nas relações e condições de trabalho dos assalariados desse setor, num cenário de desemprego e subemprego rural e urbano, na região litorânea e por todo o território norte-riograndense.

A presença de uma empresa do porte da LDC Bioenergia num estado pequeno, situado no Nordeste brasileiro, não é fortuita. No contexto do capitalismo contemporâneo ou da mundialização do capital, o agronegócio é parte constitutiva das formas pelas quais o capitalismo vem se expressando. O crescente envolvimento de grandes investidores financeiros nos negócios relacionados à agricultura de exportação e ao mercado de terras, por um lado, e, por outro, a presença de grandes empresários e/ou grupos econômicos do agronegócio, a exemplo do setor sucroalcooleiro, não apenas vem investindo na sua diversificação, mas também criando mecanismos que propiciam seu envolvimento com o mercado financeiro.

Nesse contexto, a tendência à expansão ganha visibilidade no âmbito da agroindústria canavieira, da soja, do milho e da fruticultura, com implicações para o mercado de terras por todo o país, onde quer que existam recursos naturais e condições favoráveis à lucratividade do capital mundializado. No Rio Grande do Norte, esse processo ocorre tanto no setor produtivo relacionado à agricultura, a exemplo da cana-de-açúcar, como em outros setores, entre os quais se destacam o mercado imobiliário e o turismo. Assim, o litoral vem sendo alvo de grande especulação imobiliária, constituindo, para alguns observadores, uma verdadeira “ocupação estrangeira”. No primeiro semestre de 2007, esse estado recebeu o maior índice de investimentos externos, ficando à frente de São Paulo em compra de imóveis por estrangeiros (Araújo, 2009). Isso demonstra não ser por acaso a compra da Usina Estivas pela multinacional francesa em foco, ocorrida em março daquele ano.

Novo contexto: expansão e desigualdades

O novo contexto revela que o “capitalismo agrário”, ou agronegócio, não constitui um setor isolado do conjunto das formas pelas quais o capitalismo contemporâneo vem se expressando. A hegemonia do capital financeiro mundializado se faz presente na figura de grandes investidores financeiros envolvidos nos negócios relacionados à agricultura de exportação e ao mercado de terras. Participam de mãos dadas com os empresários e/ou grupos nacionais e internacionais do agronegócio, que, no âmbito da mundialização, procuram diversificar seus negócios, inclusive com aplicações para o mercado financeiro.

É inerente ao processo de mundialização operar nos diversos espaços e territórios, sob o domínio do capital financeiro. Entretanto, este não constitui uma via de mão única. O capital financeiro comparece nas figuras de grupos industriais transnacionais no centro do processo de acumulação. Como analisa Iamamoto, “A esfera estrita das finanças, por si mesma, nada cria. Nutre-se da riqueza criada pelo investimento capitalista produtivo e pela mundialização da força de trabalho no seu âmbito, ainda que apareça de uma forma fetichizada” (2008, p. 109).

Captar a atual expansão do agronegócio e, em particular, da agroindústria canavieira, que se faz acompanhar de uma crescente presença de grupos transnacionais, implica uma referência, ainda que breve, aos meandros da mundialização do capital. É importante demarcar alguns mecanismos e/ou categorias inerentes ao movimento do capital, que se expandem com o processo de mundialização. São representativos, entre outros, os mecanismos de fusões e aquisições que, acionados, aumentam exponencialmente os elementos de concentração e centralização de capital e, conseqüentemente, o avanço do desemprego e do subemprego, acirrando o desenvolvimento desigual e combinado e suas conseqüentes desigualdades.

A mundialização se encontra ancorada nos grupos industriais transnacionais resultantes de processos de fusões e aquisições de empresas, em um contexto de desregulamentação e liberalização da economia. Tais grupos assumem formas cada vez mais concentradas e centralizadas do capital industrial e se encontram no centro da acumulação. Participam, entretanto, do capital financeiro, associando-se às instituições financeiras (bancos, companhias de seguros, fundos de pensão, sociedades financeiras de investimentos coletivos e fundos mútuos) que, como assinala Iamamoto, “[...] passam a comandar o conjunto da acumulação, configurando um modo específico de dominação social e política do capitalismo, com o suporte dos Estados nacionais” (2008, p. 108).

Ideologicamente denominada de globalização, ao contrário do que o nome sugere, a mundialização constitui um processo seletivo, claramente potencializador das desigualdades, nas suas diversas faces: econômica, política e cultural. Sua lógica efetiva implica a radicalização do desenvolvimento desigual e combinado e a captura dos Estados nacionais, sob o comando do capital financeiro, com profundas implicações para o universo do trabalho. O envolvimento do Estado a serviço da esfera financeira e do grande capital produtivo se expressa nas políticas governamentais que provocam e aprofundam as desigualdades. Iamamoto, ao relacionar as novas engrenagens desse processo com o perfil atual da “questão social”, demonstra que:

Na raiz do atual perfil assumido pela “questão social” encontram-se as políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo — das instituições e mercados financeiros e empresas multinacionais. Estas são forças que capturam o Estado, as empresas nacionais, o conjunto das classes e grupos sociais que passam a assumir o ônus das exigências dos mercados. Afirma-se existir uma estreita dependência entre a responsabilidade dos governos no campo monetário e financeiro e a liberdade dada aos movimentos do capital concentrado para atuar no país sem regulamentações e controles, transferindo lucros e salários oriundos da produção para valorizar-se na esfera financeira e especulativa que (re)configuram a questão social na cena contemporânea. (2002, p. 125).

O cenário que se vem desenhando com a presente expansão do complexo agroindustrial canavieiro no país e, particularmente, na experiência local, com a

inserção da transnacional francesa LDC Bioenergia S/A (Usina Estivas), é representativo dessa nova lógica do capital mundializado. Trata-se de um processo que se espraia mundo afora, cujas determinações para o universo do trabalho têm agravado e aprofundado todas as formas de desigualdades. No caso da empresa francesa no Rio grande do Norte, chama a atenção, por um lado, o gigantismo da empresa; e, por outro, o uso predatório da força de trabalho e o desrespeito à legislação trabalhista e ao meio ambiente, entre outros aspectos, conforme denunciado pelos profissionais do Ministério Público do Trabalho e do Ministério do Trabalho e Emprego, em diligência a uma de suas fazendas de cana-de-açúcar, em março de 2009 (Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª REGIÃO, 2009).

Presença multinacional na agroindústria canavieira: situando a LDC Bioenergia

Uma das curiosidades acadêmicas neste estudo foi a de captar como a multinacional francesa estava inserida no universo da produção agroindustrial canavieira, particularizada na Usina Estivas, no litoral Sul norte-riograndense. Uma empresa de seu porte faria a diferença no quadro das relações e condições de trabalho dos assalariados da agroindústria canavieira — cultura que sempre se caracterizou pela superexploração da força de trabalho assalariada?

A Usina Estivas foi instalada na rica região da mata atlântica no litoral Sul do Estado em 1924. Era de propriedade do grupo familiar Adauto Rocha até 1969, quando foi vendida ao grupo pernambucano Tavares de Melo. Note-se que essa transação se efetiva já no limiar da expansão da cana-de-açúcar, que iria ocorrer na década de 1970, face ao Programa Nacional do Alcool (Proálcool) implementado pelo Estado ditatorial. O grupo Tavares de Melo se encontra entre os vinte maiores produtores de cana-de-açúcar do país, e a “Filial Estivas” constituía, até o momento da sua venda, em 2007, uma das cinco maiores produtoras de açúcar e álcool do Nordeste brasileiro (Gomes, 2007). A lógica da expansão e diversificação, aliada aos mecanismos de fusão/aquisição constante no âmbito da reestruturação produtiva, já estava presente nos negócios desse grupo, quando, em 2007, entrou em cena a Louis Dreyfus Commodities, subsidiária do grupo francês Louis Dreyfus, com a compra da Usina Estivas.

O que é essa empresa e como vem operando no Rio Grande do Norte? De acordo com o seu *site*, o Grupo Louis Dreyfus é uma organização internacional de empresas de propriedade e controle da Louis Dreyfus S.A.S, com sede em Paris, e constitui uma “subsidiária integral” da família Louis Dreyfus desde sua fundação, em 1851. Tais empresas estão presentes em mais de 53 países, e seus principais escritórios estão sediados nas seguintes cidades: Beijing, Buenos Aires, São Paulo, Genebra, Londres, Paris, Cingapura, Wilton (Connecticut) e Memphis (Tennessee).

Embora suas principais atividades consistam no comércio e processamento mundial de diversas *commodities* agrícolas e de energia, há uma série de outros ramos de atividades e transações comerciais, que envolvem grandes negócios por todo o mundo. Assim, por exemplo, o grupo opera na propriedade e administração de navios transoceânicos, no desenvolvimento e operação de infraestruturas de telecomunicações, e na propriedade, administração e construção de imóveis. Com

a denominação *Louis Dreyfus Armateurs*, o grupo atua no setor de transporte há mais de 150 anos, constituindo-se um líder mundial em transporte a granel e logística, frota de navios a granel e ativos logísticos modernos (guindastes, flutuantes, rebocadores e barcas). A empresa oferece uma ampla variedade em serviços a todos os seus clientes na cadeia de suprimentos de logística a granel, conforme consta no *site* da empresa.

Contudo, chamam atenção as atividades relacionadas ao comércio de *commodities* agrícolas, segundo dados da própria empresa. Nesse campo, a Louis Dreyfus Commodities emerge como uma das maiores comerciantes de grãos e oleaginosas do mundo. Entre os produtos comercializados atualmente, destacam-se oleaginosas, milho, cevada, arroz, trigo, sorgo, soja, canola e semente de girassol. Para tanto, o grupo mantém forte presença nas principais regiões produtoras de grãos e oleaginosas do mundo, incluindo países e/ou regiões destes: Estados Unidos, Canadá, Brasil, Argentina, Europa, África do Sul e Estados da antiga União Soviética. Na qualidade de distribuidora, está entre as maiores distribuidoras da Europa, Ásia, África, Oriente Médio e antiga União Soviética.

Na condução de suas atividades mundiais de comércio, a empresa dispõe de “ativos estratégicos” no mundo inteiro. Na América do Norte, opera grandes terminais de exportação nos Estados Unidos (Oregon, Washington e Texas) e no Canadá (Quebec).

Na América do Sul, de acordo com os dados expostos no *site* do grupo, datado de 2007, a Louis Dreifus Commodities possui uma capacidade diária de moagem de mais de 30 mil toneladas, e capacidade de refino acima de 1,3 toneladas por dia. No Brasil, segundo a mesma fonte, a empresa operava, até aquela data, três usinas de esmagamento de soja e possuía três usinas de cana-de-açúcar, produzindo 450 mil toneladas de açúcar e 150 mil metros cúbicos de álcool anualmente.

Ainda no âmbito do comércio de *commodities* agrícolas, a empresa estava entre as três maiores comerciantes de açúcar do mundo, e também entre as três maiores produtoras de suco de laranja, dominando uma fatia de 15% do mercado mundial. A multinacional opera bases de processamento no Brasil e na Flórida, que, juntas, têm capacidade anual de 83 milhões de caixas de laranjas, produzindo 330 mil toneladas de suco concentrado dessa fruta.

Os dados acima indicados no *site* da empresa, no que se refere à quantidade de usinas de cana-de-açúcar e à produção em toneladas de açúcar e álcool no Brasil, já foram superados, face às novas transações ocorridas em 2009. Nesse sentido, a pesquisa apurou que a empresa francesa, sob a denominação de *Louis Dreyfus Commodities Brasil*, encontra-se no país desde a década de 1940, marcando presença nas principais regiões produtoras, mantendo unidades no Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste. A partir de 2007, quando comprou a Usina Estivas, a empresa vem aumentando sua expansão também no Norte e Nordeste.

A sua expansão e consolidação no país ganhou fôlego a partir de 2009, quando o grupo francês promoveu uma megatransação comercial no campo da agroindústria canavieira. Naquele ano, o grupo anunciou a compra de cinco usinas da empresa de açúcar e etanol brasileira Santelisa Vale, de Ribeirão Preto, São Paulo, para aumentar sua produção de cana-de-açúcar no país (Mendonça, 2010,

p. 20-21). A transação — na verdade, uma fusão — criou o grupo LDC-SEV Bioenergia, tornando-se o segundo maior produtor mundial de açúcar e etanol, ficando abaixo apenas do Grupo Cosan. Com previsão de produzir 40 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano, o grupo tem participação acionária das famílias Biaggi, e Junqueira, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do banco Goldman Sachs.

Em novembro de 2009, quando a transação veio a público, seus diretores anunciaram ao *Globo Economia* que o acordo faz do grupo francês, já um grande *trader* global do açúcar, o segundo maior processador de cana-de-açúcar do mundo (Riveras, 2009). Na ocasião, informaram também que um dos focos da companhia agora é o investimento em terras. Para isso, a empresa acabava de criar um fundo de ações.

Em termos de Norte e Nordeste, nesse mesmo ano, a empresa francesa se associou ao Grupo Amaggi, de propriedade do Grupo André Maggi, que detém 51% de participação da Norueguesa Denora. Visando atuar no mercado de soja e milho, a transação anunciada pelo presidente da LDC Bioenergia teve como foco da parceria a região denominada por ele de “Matopiba”, significando as siglas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, nos quais estão iniciando seus novos negócios. Trata-se de uma “nova fronteira agrícola” propiciada pelos investimentos em infraestrutura que o governo federal vem promovendo, expresso no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), segundo informes da empresa francesa.

Há ainda uma série de outras atividades acompanhadas por estratégias nas transações comerciais desse grupo mundo afora que demonstram tratar-se de uma gigantesca transnacional. Entretanto, para os limites desse trabalho, o rastreamento exposto oferece a chave para a reflexão e análise da inserção da gigante francesa no espaço territorial local e suas implicações para o universo do trabalho no seu entorno.

Riqueza e pobreza: duas faces de um mesmo universo

Cabe indagar o que esses dados sugerem para o grande número de trabalhadores urbanos e rurais existentes na região Nordeste, a grande maioria sobrevivendo em situação de pauperismo nas periferias das pequenas e médias cidades, assim como em lugarejos e minúsculas propriedades rurais. O desemprego aberto, o subemprego e a insuficiência de terra e condições de produção para aqueles que ainda permanecem na agricultura familiar e, portanto, demandam uma efetiva política de reforma agrária, contrastam com o novo avanço e hegemonia do agronegócio no país e na referida região. A necessidade histórica de reforma agrária no Brasil e, particularmente, no Nordeste, tende a ser progressivamente substituída mais uma vez pela valorização e expansão do “capitalismo agrário”. Por outro lado, não se vislumbra uma política consistente de absorção da imensa força de trabalho desempregada e/ou subempregada, que, imersa na informalidade, constitui um imenso estoque de mão de obra exposto a empregadores que praticam a sua espoliação.

Diante do novo contexto, é oportuno indagar que programa de reforma agrária resiste à expansão e à valorização do agronegócio pelo próprio Estado? Que força tem o combate ao desemprego, subemprego e às formas de trabalho deno-

minadas de “escravidão moderna” ou “contemporânea” que vêm proliferando em plena era das grandes transformações operadas no âmbito da mundialização, com um Estado prisioneiro de sua lógica?

É importante pontuar que não se trata apenas de um processo novo, e que, particularmente no Brasil, há especificidades históricas que são recorrentes. Assim, por exemplo, se o Estado tende a ser prisioneiro das engrenagens próprias do processo de mundialização do capital, a tendência à proteção do Estado brasileiro aos grupos e à classe dominante ocorre desde a transição do regime escravocrata à emergência da moderna propriedade capitalista da terra.

Em 1850, face à crise do regime de escravidão, que colocava em risco a grande lavoura de exportação, o Estado criou a Lei de Terras, a qual constituiu um marco da emergência da moderna propriedade da terra. Com a nova lei, o Estado brasileiro passava a mercantilizar a propriedade fundiária, assegurando mão de obra compulsória à grande lavoura de exportação, garantindo assim o poder econômico e político aos grandes produtores da agricultura de exportação (Martins, 2002).

A linha de continuidade dessa lógica se faz presente nos diversos momentos em que a sociedade brasileira e, em especial, a classe subalterna clama por mudanças. No “pré-64”, as lutas pelas reformas de base mobilizaram a sociedade, entre as quais figurava a bandeira da reforma agrária e se transformava numa candente questão nacional (Medeiros, 1989). O Golpe Militar de 1964 interditou as possibilidades de reforma agrária, quando, em seu lugar, o Estado ditatorial assumiu um projeto de modernização da agricultura estrategicamente direcionado aos interesses da classe dominante rural e urbana. Essa escolha aprofundou a histórica concentração fundiária, expulsando do campo cerca de 30 milhões de pessoas entre 1960 e 1980 (Martine, 1991).

No contexto da “modernização conservadora”, em vez de reforma agrária, áreas nobres foram entregues ao grande capital, passando por cima de direitos de posseiros, agricultores familiares, indígenas, quilombolas, entre outros. Essa lógica, no Rio Grande do Norte, ocorreu nas diversas microrregiões, expulsando milhares de trabalhadores. Os incentivos fiscais e uma política de crédito subsidiado ofertados pelo Estado a empresários e/ou grupos locais e externos provocou uma verdadeira corrida ao mercado de terras. A agricultura de base familiar foi substituída pela fruticultura no Vale do Açu; pela expansão da cana-de-açúcar em áreas antes ocupadas pela agricultura familiar no litoral, a partir dos anos 1970; e pela piscicultura; além do turismo, que, a partir da década de 1980, começou a se apropriar de grandes faixas de terras por todo o vasto litoral norte-riograndense (Araújo, 2005).

Nesse quadro, a agroindústria canavieira avançou no que restava de Mata Atlântica. E, com a adoção de inovações tecnológicas e a política oficial de subsídios e incentivos fiscais, avançou também nas terras arenosas, antes ocupadas pela agricultura de subsistência e pela pecuária. Sua expansão ocorreu nas microrregiões homo-gêneas do litoral oriental, litoral Norte e Agreste, envolvendo vinte e dois municípios.

Esse processo redimensionou, por um lado, o espaço físico, ao aprofundar a concentração fundiária; e, por outro, intensificou o processo de expropriação e ex-

pulsão de um enorme contingente de agricultores familiares: moradores de fazendas, arrendatários, meeiros, posseiros e pequenos proprietários, cujos minifúndios não lhes asseguravam a reprodução do núcleo familiar. Grande parte dessa força de trabalho foi absorvida na condição de assalariada, por tempo parcial, face à natureza de sazonalidade característica da cultura canavieira (Iamamoto, 2001; Araújo, 2005). Essa forma de contratação, aliada à brutal exploração dessa força de trabalho por usineiros e muitos fornecedores, não lhes permite sair da pobreza extrema à qual sempre foram submetidos nas relações de trabalho no interior dos latifúndios ou em suas minúsculas propriedades.

O processo de proletarianização ganhou visibilidade no auge da expansão do complexo sucroalcooleiro, que teve início na segunda metade dos anos 1970 e atingiu seu ápice na década de 1980. O cenário dos anos 1980 evidencia a pujança do setor e a existência de um grande número de trabalhadores assalariados sob desmedida exploração e condições degradantes de trabalho nos canaviais. Esse quadro propiciou a emergência e a expansão das mobilizações e greves dos assalariados da área canavieira, sob orientação e direção do movimento sindical, representado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte (Fetarn) e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Entretanto, no início dos anos 1990, o dinamismo da agroindústria canavieira foi interrompido, particularmente no Nordeste e no Rio Grande do Norte, diante da instabilidade econômica internacional e do recuo dos investimentos públicos, face à incapacidade de o Estado continuar sua política de crédito subsidiado, dada a crise fiscal e a mudança de paradigma da política econômica atrelada ao Consenso de Washington (Alves, 2007). A crise e a reestruturação do setor sucroalcooleiro na década de 1990 dispensou um grande número de trabalhadores que, mobilizados em parte pelo movimento sindical e pelo Movimento dos Sem Terra (MST), conseguiram algumas desapropriações de terra. Contudo, a retomada da expansão do setor a partir de 2002/2003 não deixou dúvida quanto à impossibilidade de haver um processo real de desapropriação de terras para o grande número de trabalhadores desempregados. Isso porque, entre outros determinantes, a reestruturação do setor ocorreu sob um forte processo de concentração e centralização de capital e de empresas. Empresas e/ou grupos mais fortes passaram a destruir uma série de empresas menores. A adoção de diferentes estratégias de concorrência, sob a lógica da desregulamentação parcial do setor e a abertura comercial, aliadas a inovações tecnológicas e diversificação de produtos e de empresas, passam a compor estratégias poupadoras de trabalho vivo.

Certamente, é esse o contexto que pode explicar a expansão do grupo Louis Dreyfus Commodities no país, assim como sua inserção na experiência local. Cabe indagar como essa empresa está inserida na agroindústria canavieira do Rio Grande do Norte e como utiliza a força de trabalho abundante na região Nordeste. Uma empresa desse porte, sediada no mundo desenvolvido, sugere à primeira vista uma postura moderna e avançada no trato com aqueles que são os principais responsáveis por sua lucratividade — os operários. Contudo, os dados colhidos pela pesquisa inicial de campo e documental, em 2009, demonstram uma série de irregularidades que em nada diferem daquelas encontradas no setor sucroalcooleiro por todas as áreas produtivas no país.

Não é ocasional a incidência de relações e formas de trabalho denominadas de “escravidão moderna ou contemporânea” no Brasil do agronegócio. O uso predatório da força de trabalho, a violação da legislação trabalhista e o trabalho degradante estão presentes em todas as regiões produtoras de cana-de-açúcar, soja, algodão e frutas, e também na pecuária, entre outros ramos produtivos. Essa situação envolve setores de ponta, empresas nacionais e transnacionais. Ao contrário dos resquícios de modos de produção arcaicos, que sobreviveram temporariamente à introdução do capitalismo, a utilização dessas formas de trabalho constitui um dos instrumentos extra-econômicos dos quais o capital lança mão para facilitar a acumulação em seu processo de expansão.

São inúmeros os casos de empresas cujos empregadores utilizam tecnologia de ponta numa área da produção, enquanto, em outra, recorrem ao trabalho degradante e escravo. Conforme Sakamoto (2009, p. 23), “Escravos contemporâneos e trabalhadores assalariados, elementos antigos e novos, convivem dentro do capitalismo de forma complementar e para o bem desse sistema.” O rastreamento da literatura, em confronto com os inúmeros casos de empresas envolvidas na prática de relações de trabalho enquadradas na categoria de escravidão moderna, aponta que se está diante de um modo perverso de espoliação da força de trabalho para o capital, utilizando a coerção extra-econômica. Não é por acaso que o Grupo Cosan, maior empresa produtora de açúcar e etanol não só no país mas também no mundo e seu presidente, Rubens Ometto, considerado pela revista *Forbes*, o primeiro bilionário mundial do álcool, tenha sido denunciado pela Pastoral dos Migrantes ao Ministério Público do Trabalho e a Câmara de Vereadores do município de Paracicaba (SP) por maus-tratos cometidos a um grupo de 208 trabalhadores, migrantes provenientes do Vale do Jequitinhonha/MG e da Paraíba (Novaes, 2007).

Esse quadro não parece estranho à gestão da multinacional francesa, no que se refere à experiência local. Chama atenção o contraste entre, por um lado, suas estratégias tecnológicas e organizacionais extremamente racionais, e, por outro, as condições de trabalho dos assalariados nas diversas atividades relacionadas à cultura canavieira. As condições e as formas de trabalho às quais eram submetidos os trabalhadores da Usina Estivas, nas gestões anteriores, parecem não melhorar, e até agravar-se em alguns aspectos, sob a gestão do novo grupo empresarial.

Trata-se de uma afirmativa que, embora pareça forte, baseia-se numa série de evidências fundamentadas em dados oferecidos por autores qualificados. Assim, o acesso aos dados, por meio de entrevistas com os procuradores do Ministério Público do Trabalho/RN e com auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego/Delegacia Regional do Trabalho/RN, além de informações documentais gentilmente cedidas por eles, coloca a empresa no “banco dos réus”. Dentre as empresas fiscalizadas em 2009 por esse grupo de profissionais, a LDC Bioenergia S/A — Usina Estivas — como se autodenomina essa empresa em âmbito local — foi flagrada pela inspeção, que identificou dezenove irregularidades consideradas graves nos termos da Lei (Procuradoria Regional do Trabalho, 2009).

Nessa Ação Civil Pública encaminhada ao Juiz Titular da Vara do Trabalho de Goianinha/RN, município polo da produção de cana-de-açúcar da Usina Estivas, os procuradores destacaram os contrastes encontrados entre a expansão, os avanços

dos métodos modernizadores na produção, o aumento do incremento de exportação e o descaso e negligência aos quais são relegados os trabalhadores:

O crescimento do setor sucroalcooleiro não vem trazendo significativos avanços para o progresso social dos trabalhadores, tendo em vista que o cumprimento da legislação trabalhista e o aprimoramento dos mecanismos de proteção à saúde do trabalhador têm sido visivelmente relegados a um segundo plano: “a ampliação das áreas cultivadas, a modernização dos métodos de produção e o incremento do volume de exportações, constatando-se, porém, de outro lado, e em sentido oposto, que as condições de saúde e segurança do trabalho são tratadas de forma negligente e secundária, sob uma mentalidade arcaica, como se fosse natural que os trabalhadores, por exemplo, façam suas refeições e descansem entre as plantações de cana-de-açúcar, não recebam água potável, façam suas necessidades fisiológicas *no mato*, comam alimentos às vezes estragados” (Procuradoria Regional do Trabalho, Março/2009).

A farta documentação reunida pelo Ministério Público do Trabalho, representado pela “força-tarefa” composta por seis Procuradores desse órgão, sob a coordenação de Ileana Mousinho, Procuradora-Chefe/PRT 21ª Região, além de auditores fiscais, agentes da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, entre outros profissionais, após uma inspeção nas fazendas de cana-de-açúcar da empresa, iniciada às quatro horas da manhã, possibilitou um exame comparativo entre a realidade encontrada e a legislação em vigor, concluindo que a empresa ré havia incorrido na prática de “trabalho degradante” ou “moderna escravidão”. O processo menciona um conjunto de leis em vigor, constantes na Constituição Federal de 1988, no Código Penal Brasileiro e nas Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que servem de parâmetros no trabalho de autuação à empresa em questão.

O quadro encontrado nas fazendas de cana-de-açúcar da LDC Bioenergia S/A (Usina Estivas), segundo conclusão dos Autos do Processo, agride as leis ordinárias em vigor e as Convenções 29 e 105 da OIT, ratificadas pelo Brasil. Os atos infracionais detectados pela referida “força-tarefa”, em março de 2009, já haviam mobilizado os auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego que, em 2008, haviam autuado a empresa por três vezes, isto é, em abril, julho e novembro daquele ano, conforme referência acima indicada. Entre o elenco de infrações, destacam-se:

- a terceirização de atividade fim, o que é proibido por lei;
- fraude à liberdade de associação;
- não registro na jornada de trabalho das horas do percurso casa-trabalho-casa (horas *in itinere*);
- não recolhimento do antes por extenso FGTS;
- não aceitação de atestados médicos;

não concessão de intervalo intra-jornadas;
realização de descontos ilegais, tais como os valores relativos ao fornecimento de vestuário para o trabalho;
não pagamento das jornadas dos domingos e feriados;
não concessão de pausa para descanso;
não disponibilização de equipamentos e material para primeiros socorros;
não fornecimento gratuito das ferramentas para o trabalho;
transporte inadequado, segundo o qual os trabalhadores da empresa são deslocados em condições precárias, em desacordo com a legislação vigente;
ônibus trafegando sem autorização para o transporte de trabalhadores, sem cinto de segurança, boa parte dos motoristas não portando a carteira de habilitação;
muitos estavam com calçados inadequados;
as roupas dos aplicadores de agrotóxicos, contaminadas pelos produtos, transportadas junto aos trabalhadores e próximas aos garrafões de água;
não fornecimento de água potável em condições adequadas;
ausência de instalações sanitárias nas frentes de trabalho;
ausência de material de primeiros socorros nas frentes de trabalho;
ausência de abrigo para as refeições nas frentes de trabalho, com mesas e cadeiras para atender a todos os trabalhadores;
não fornecimento regular dos equipamentos de proteção individual ou fornecimento de Equipamentos de Proteção Individuais – EPIs inadequados para a proteção dos riscos da atividade;
utilização de agrotóxicos sem a observância de normas de saúde e segurança no trabalho etc.

Aos dados aqui reunidos, acrescenta-se uma série de informações resultantes de entrevistas e vídeos sobre o trabalho de fiscalização dos auditores fiscais, não apenas em fazendas de cana-de-açúcar da empresa francesa, mas também envolvendo outros ramos de atividades da cadeia produtiva no Rio Grande do Norte. Entre esses dados, destacam-se a fruticultura irrigada, no Vale do Açu; a carcinicultura, no litoral; e a cerâmica, na Região Oeste Potiguar, entre outras. Também nesses ramos produtivos têm sido encontradas situações de extrema exploração. São empregadores, “tradicionais” ou “modernos”, aproveitando-se de força de trabalho abundante, em situação de desemprego no Estado, que recorrem às formas predatórias de sua utilização, comumente denominadas de “escravidão moderna”, nos termos da Legislação brasileira, ou de “trabalho forçado”, segundo interpretação da OIT. Esses são conceitos comumente assumidos por pesquisadores envolvidos no estudo da problemática relacionada ao agronegócio, trazendo à tona o fenômeno da superexploração dos trabalhadores no seu âmbito, Brasil afora, particularmente nesse momento de euforia dos agrocombustíveis.

Chama atenção, nesse estudo, o paradoxo entre o discurso da energia renovável e limpa, por meio da exploração da cana-de-açúcar no país, e as reais condições de trabalho de amplos segmentos de trabalhadores. Desde aqueles que são desalojados de suas minúsculas propriedades, por mais um ciclo de expansão da

cultura canavieira, aumentando o exército de migrantes sazonais disponíveis para o capital, aos assalariados do setor agrícola e das unidades fabris, todos expostos às diferentes formas de trabalho que dilapidam sua vida.

À produção de açúcar, álcool e energia — a mais nova e bem-vinda forma de aproveitamento dos resíduos do bagaço da cultura canavieira —, misturam-se o suor e o sangue, a doença e a morte (Alves, 2007). Essas ocorrências são identificadas seja nos canaviais do Nordeste, seja nos canaviais do Centro-Sul, incluindo os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

O quadro revelado na pesquisa, com incidência numa experiência local, instiga a uma reflexão para além das evidências empíricas. Nesse sentido, cabe indagar se o uso predatório da força de trabalho praticado por poderosos grupos econômicos ultramodernos, nacionais e transnacionais, classificado como “escravidão contemporânea” faz jus a essa categoria. Ou, ao contrário, não se estaria diante de mecanismos de superexploração inerentes à dinâmica capitalista? Assim sendo, muitas das situações detectadas nos diversos ramos produtivos, denominadas de “escravidão moderna” ou “contemporânea”, respondem à categoria de acumulação por espoliação, um dos mecanismos fortemente utilizados no processo histórico de acumulação originário do capital ou acumulação primitiva, conforme categorizada por Marx.

Embora os pressupostos marxianos sobre a acumulação primitiva se restrinjam a uma “etapa original” — portanto um fenômeno historicamente datado —, novos estudos sobre os fenômenos que o capitalismo contemporâneo vem desenvolvendo por toda parte os identificam com aqueles categorizados por Marx. Em muitos casos, esses fenômenos ocorrem com maior intensidade, o que possibilita a interpretação de que sejam característicos de um processo contínuo, próprio da lógica de expansão e crise do capitalismo. A acumulação baseada na atividade predatória e fraudulenta e na violência, descrita por Marx como uma “etapa original”, permanece fortemente presente no que Harvey (2004) denominou de “geografia histórica do capitalismo contemporâneo”. Nesse sentido, o autor demonstra que

A expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra têm se acelerado em países como o México e a Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados, como água, têm sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica da acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação caseira) de produção e consumo têm sido privatizadas. O agronegócio substituiu a agropecuária familiar. E a escravidão não desapareceu (particularmente no comércio sexual). (Harvey, 2004, p. 121)

O conteúdo acima descrito não está distante da trajetória do capitalismo no Brasil, nos diversos momentos históricos, bem como no momento presente, o que se traduz num cenário de desemprego, subemprego no campo e na cidade, não acesso à terra e às condições de produção aos milhões de agricultores familiares

pauperizados ainda existentes. Enquanto isso, a expansão do agronegócio, sob o domínio de grandes grupos nacionais e internacionais, avança nas melhores terras e nos maiores recursos hídricos com o aval do Estado.

O longo processo de expropriação e expulsão de camponeses ocorrido nos diferentes momentos históricos no país parece retomar a sua marcha no presente. Por outro lado, os grandes contingentes de trabalhadores habitando as periferias e favelas dos centros urbanos, muitos dos quais voltam ao campo na condição de “boias-frias”, atuando em canaviais, colheitas de laranja, algodão entre outros tipos de atividades. A superexploração à qual são submetidos compromete sua saúde, provocando doenças e encurtando seu tempo de vida. Certamente, não se está diante de mecanismos da acumulação primitiva do capital, nos termos de um processo histórico datado, mas sim diante de um processo em andamento ou contínuo, que se vem revelando no âmbito do capitalismo contemporâneo (Harvey, 2004).

Para esse estudioso, uma avaliação geral do papel contínuo e da persistência das práticas predatórias da acumulação “primitiva” ou “original”, no âmbito da longa geografia histórica da acumulação do capital, é extremamente necessária, o que vem sendo feito por vários estudiosos, os quais questionam se os cercamentos (expropriação de terras de camponeses) e a acumulação primitiva devem ser entendidos como processos puramente históricos ou como componentes de um processo contínuo. Para Harvey (2004), como parece estranho qualificar de “primitivo” ou “original” um processo em andamento, esses termos foram substituídos pela categoria de “acumulação por espoliação”. No entanto, o autor comunga com a ideia de que se observam a persistência e até o aprimoramento de certos mecanismos próprios do processo de acumulação primitiva descrito por Marx.

Entre uma série de acontecimentos no âmbito da crise do capitalismo iniciada em 1970 e o processo de mundialização, acompanhado da neoliberalização, Harvey demonstra que “O sistema de crédito e o capital financeiro se tornaram, como Lênin, Hilferding e Luxemburgo observaram no começo do século XX, grandes trampolins de predração, fraude e roubo” (Harvey, 2004, p. 122). Também aqui é apontada como exemplo a forte onda de financeirização, domínio do capital financeiro, que se estabeleceu a partir de 1973, como sendo em tudo espetacular, por seu estilo especulativo e predatório.

Em sua análise, portanto, o autor substitui a ideia de “acumulação primitiva” ou “original” pela categoria “acumulação por espoliação”, categoria que está intimamente relacionada à sobreacumulação, descrita como uma condição pela qual excedentes de capital estão ociosos e sem ter em vista escoadouros lucrativos, cabendo à acumulação por espoliação liberar um conjunto de ativos, entre os quais uma força de trabalho a custo muito baixo e, em muitos casos, a custo zero. Nesse processo, o capital sobreacumulado pode se apossar desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo. Aqui, é apontada uma série de exemplos desses mecanismos por todo o mundo, que sinalizam tratar-se da dinâmica capitalista, em especial a partir da crise iniciada na década de 1970, o que explica haver uma “[...] dificuldade crônica de sobreacumulação”. Nas palavras de Harvey, “[...] a estratégia político-ideológica do neoliberalismo ou do projeto neoliberal de privatização de tudo faz muito sentido como forma de resolver o problema” (2004, p. 124).

Assim, o uso predatório das relações de trabalho, ao qual vêm sendo submetidos esses trabalhadores nos mais diversos setores produtivos, seja nas fazendas ditas tradicionais, seja nas empresas nacionais e transnacionais da cultura da soja, fruticultura, cana-de-açúcar, a exemplo da Cosan e da LDC Bionergia S/A (Usina Estivas), entre outras, indica tratar-se de um processo inerente à dinâmica do capital, no seu processo de crise e expansão. As denúncias e autuações, assim como uma série de pesquisas acadêmicas qualificadas não deixam dúvidas de que estejamos diante relações de trabalho cujos empregadores não apenas praticam a superexploração da força de trabalho, por meio da extração da mais-valia absoluta e relativa, mas também recorrem a mecanismos extra-econômicos, ou seja, às formas de trabalho denominadas de escravidão contemporânea, que correspondem, na perspectiva teórica marxiana, ao processo de acumulação por espoliação.

Referências bibliográficas

ALVES, F. Migração de trabalhadores rurais do maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo: será esse um fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro? In: NOVAES, J. R.; ALVES, F. (Org.). *Migrantes, trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro: os heróis do agronegócio brasileiro*. São Carlos: EDUFCCAR, 2007.

ARAÚJO, T. B. *Globalização e território: Le Monde Diplomatique Brasil*. Junho/2008.

ARAÚJO, S. G. *Assentamentos rurais: trajetórias dos trabalhadores assentados e cultura política*. Natal/RN: EDUFRN, 2005.

GOMES, E. M. D. A Responsabilidade social corporativa da Tavares de Melo Açúcar e Álcool S/A – Filial Estivas e a Norma AS 800. Monografia. Natal: Faculdade Câmara Cascudo, Departamento de Administração, Natal/RN, 2007.

HARVEY, D. *O Novo imperialismo*. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves Loyola. São Paulo: Brasil, 2004.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista*. São Paulo: Cortez, 2001.

MARTINS, J. M. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia. *Revista Lua Nova. Serviço de Cultura e Política*, nº. 23. São Paulo, CEDEC, março/1991.

MEDEIROS, L. S. *História dos Movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro, Fase, 1989.

MENDONÇA, M. L. *O monopólio da terra e a produção de agrocombustíveis*. Revista Caros Amigos, ano XIV número 157, abril/2010.

NOVAES, J. R. Idas e Vindas: disparidades e conexões regionais: Um estudo sobre o trabalho temporário de nordestinos na safra da cana paulista. In: NOVAES, J. R. e ALVES, F. (Org.). *Migrantes. Trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro* (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EDUFSCar, 2007.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO da 21ª Região. *Ação civil pública*. 22/03/2009.

RIVERAS, I. Louis Dreyfus e Santelisa Vale anunciam fusão e planejam IPO. *O Globo Economia*, Plantão. Publicada em 27 de out. 2009.

SAKAMOTO, Leonardo. *Trabalho escravo: perversos contratos de trabalho*. Le Monde Diplomatique Brasil. Maio, 2009, p. 22-23.

_____. A Economia do trabalho escravo no Brasil contemporâneo. In: *Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia*.

Organizadores: Gelba Cavalcante de Cerqueira; Ricardo Rezende Figueira; Adonia Antunes prado e Célia Maria Leite Costa. Rio de janeiro: Editora UFRJ, 2008.

SILVA, M. A. M. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool”. In: NOVAES, J. R. e ALVES, F. (Org.). *Migrantes: Trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos: EDUFSCar, 2007.

SILVA, M. A. M.; MELO, B. M. *Soja, a expansão dos negócios*. Le Monde Diplomatique Brasil, fevereiro/2009.

Recebido em 15 de outubro de 2010.

Aceito para publicação em 20 de outubro de 2010.